

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: ORIGEM E OCUPAÇÃO DO BAIRRO SÃO JOSÉ NA CIDADE DE TEFÉ - AMAZONAS

Elialdo Silva de Paula¹
Jubrael Mesquita da Silva²

RESUMO:

O objetivo deste trabalho foi analisar e discutir questões urbanas do bairro periférico São José do Município de Tefé-AM. Baseou-se na utilização de análises qualitativas com entrevistas semiestruturadas, foi entrevistado cerca de cinquenta (50), moradores do Bairro São José para levantamento de dados e fontes secundárias com revisão bibliográfica referente à temática estudada. O artigo visou lançar um olhar geográfico sobre a origem e a problemática urbana decorrente de um planejamento urbano inadequado ou de políticas públicas voltadas para a melhoria do bairro. No entanto, é importante salientar a origem da cidade e da ocupação do Bairro São José para compreender como se chegou à realidade atual. O Bairro São José foi ocupado ilegalmente aproximadamente no ano de 2000 com pessoas advindas de bairros próximos, comunidades rurais e de outros municípios. E hoje é um retrato do abandono do Estado e município, que afeta principalmente as famílias que vivem em situação precária.

Palavras-chave: Espaço, urbano, ocupação irregular. Bairro clandestino.

1. INTRODUÇÃO

A produção do espaço urbano acrescentou o mais elevado crescimento à cidade, e tem direcionado uma intensa produção desigual do espaço, condicionada ao processo de segregação espacial que intensifica a expansão desordenada dos espaços habitados.

As cidades se reproduzem com um planejamento urbano inadequado, elemento mais perceptivo dessa intensa produção são as ocupações ilegais, que tem crescido na medida em que a complexidade desse campo se manifesta por meio da segregação espacial.

O presente trabalho tem como objetivo analisar as formas de ocupação desordenada do Bairro São José na Cidade de Tefé-AM, apresentando-se como espaço de vivências e suas relações com a cidade e as ocupações irregulares. O recorte espacial para a análise da referida pesquisa, a partir do qual se tenta compreender as ocupações desordenadas que implicam diretamente nas ocupações ilegais, configurando o espaço urbano como um lugar caótico para a reprodução das relações sociais.

Justificam-se a importância de se estudar as ocupações que sucederam a formação do Bairro São José a partir da concepção dos moradores e dos impactos socioambientais que influenciam nas transformações da paisagem e nas relações de vivências dos cidadãos, estabelecidas no espaço.

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas do Centro de Estudos Superiores de Tefé-CEST/UEA.

² Professor Mestre, adjunto do quadro de Geografia da Universidade do Estado do Amazonas-UEA- Centro de Estudos Superiores de Tefé-CEST.

É preciso destacar que este trabalho é relevante para discutir os problemas urbanos decorrentes de um planejamento de forma adequada e de políticas públicas em prol do bairro. No entanto, é importante considerar a origem das cidades para que se possa compreender melhor de como se chegou à realidade atual.

Percebe-se que quando o Estado do Amazonas na década de 1960 foi acionado ao processo de intensificação do capitalismo brasileiro em direção a todos os seus quadrantes, sua capital Manaus, experimentou mudanças profundas na história de sua ocupação urbana, passando por transformações rápidas, deixou para trás aquela pacata vila e seu crescimento populacional foi expressivo, com o surgimento de bairros novos, fruto de loteamentos regulares e ocupações clandestinas.

E de fundamental importância salientar que, nos últimos 40 anos, do século XX, a migração interna ocorrida no Brasil, em particular, nordestinos vindos para o Amazonas, alterou consideravelmente o índice populacional urbano da capital, tal avanço ocorreu de forma desordenada.

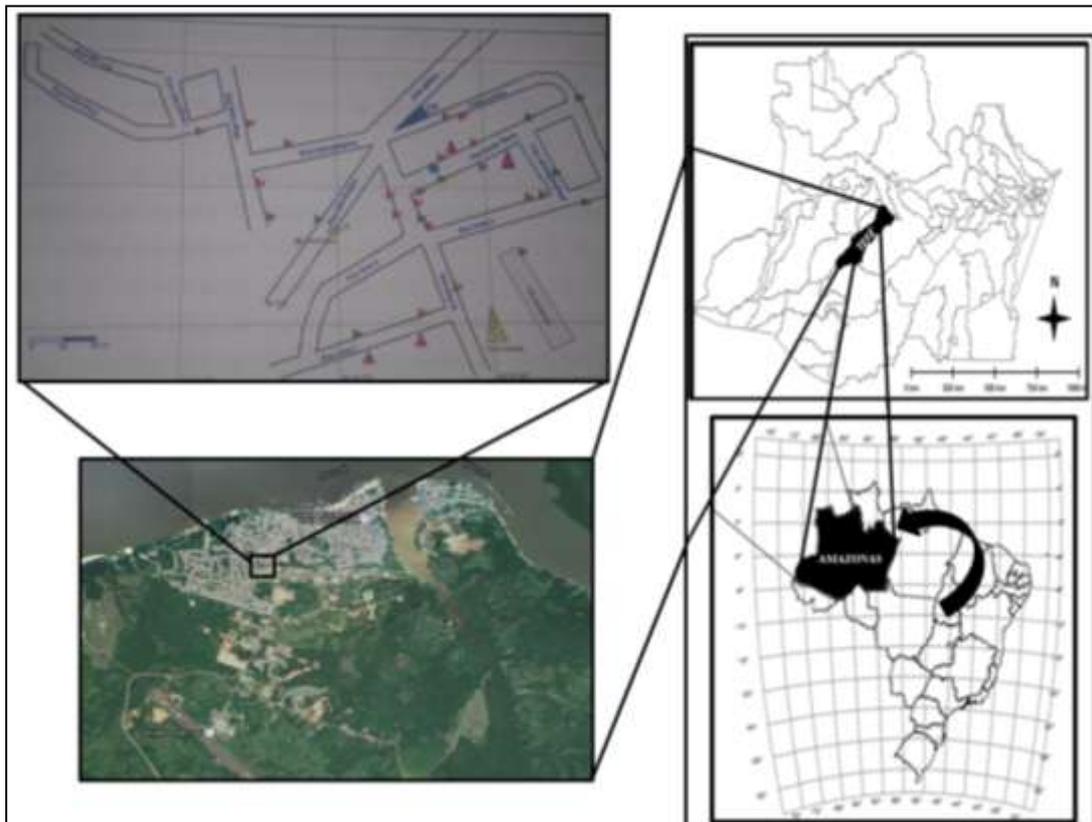
Vale ressaltar que essas construções “ilegais”, executadas sem a autorização do poder público, se transformam em verdadeiros desafios às autoridades constituídas, desmentindo a tese de que a habitação é de responsabilidade do Estado. Por sua vez, essa insuficiência de recursos aplicados na infraestrutura dos espaços urbanos ocupados de forma ilegal, decorre não apenas da rápida expansão das cidades, mas também da existência de terrenos baldios ou espaços ociosos no seu interior.

Enfim, como a terra, especialmente o meio urbano, constitui um bem imóvel que se valoriza, muitos proprietários deixam áreas enormes sem uso, a espera de negócios futuros com maior rentabilidade, assim como alguns clandestinos, se apropria de lotes com o objetivo de obtenção de fins lucrativos, que por sua vez, este se acabam se tornando palco desse confronto no âmbito urbano e social.

2. CARACTERÍSTICAS GERAIS E LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO BAIRRO SÃO JOSÉ

O Bairro São José está situado na cidade de Tefé- AM. Tefé é uma cidade do interior do Estado do Amazonas localizada à margem direita do Médio Solimões. Sua população é de aproximadamente 62.444 habitantes (IBGE, 2010), e uma distância de aproximadamente 540 km em linha reta, conforme a (figura 01).

Figura 01: Localização da área de estudo



Fonte: SILVA, NETO, 2016 Org. ALMEIDA, REIS, 2016.

O processo histórico do Bairro São José teve sua origem por meio de ocupações irregulares de terras, no ano de 2000. A partir das primeiras ocupações várias famílias se apropriaram do terreno baldio sendo que em pouco tempo muitos eram os lotes de terras ocupadas.

Outra situação relevante refere-se à titularidade de registro do terreno nomeado de bairro São José. De acordo com os Cartórios 1º e 2º Ofício da Comarca de Tefé, encontra-se como proprietário, o Sr. Duarte Nuno Rodrigues Alves.

Com base nesses dados identifica-se que a propriedade ocupada, que hoje se configura como Bairro São José possui uma grande extensão, e este lugar tornou-se um grande alvo para

os migrantes que vieram de comunidades rurais, pessoas de baixa renda que não tinham onde morar e foram ocupando essas áreas sem permissão do proprietário.

A população do Bairro São José é constituída por vários agentes sociais tais como: agricultores, professores da educação básica, radialista, moto-taxistas, domésticas, autônomas, dentre outros. Atualmente esses moradores estão agrupados em uma classe social que precisam de auxílio de políticas públicas que conduzam e ofereçam meios de desenvolvimento e benefício à comunidade.

As habitações que foram construídas resultantes das ocupações irregulares em sua maioria os formatos das casas são de alvenaria e de madeira. E os moradores vivem em condições precárias em termos de infraestrutura, sem assistência básica necessária para a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos. Atualmente o bairro é composto de aproximadamente novecentas casas (900).

Com base em Silva, sob a ótica do urbanismo, o termo bairro pode ser concebido como as regiões médias ou grandes de uma cidade concebidos como lugar dotado de extensão bidimensional.

Entretanto, o conceito de bairro não deve ser reduzido a um espaço geográfico qualquer inserido no todo urbano, mas sim deve ser entendido como dinamismo da vida cotidiana da cidade, lugar onde, no decorrer do tempo, se ocorrem mudanças históricas e sociais que refletem diretamente na modificação da paisagem urbana e na vida cotidiana de seus habitantes.

Desta forma Silva (1999, p.12) argumenta que:

[...] o bairro é concebido como um lugar de grandes potencialidades; um espaço complexo, imbuído de variadas significações conferido pela própria dialética do cotidiano; é ainda a referência que o usuário tem de pertencimento ao lugar – seu ponto de partida e chegada (SILVA, 1989, p.12).

Nesse sentido, os moradores estabelecem com o bairro a noção de pertencimento mais efetiva do que com o espaço maior que é a cidade, ou seja, desenvolvem um aspecto de identidade em relação ao lugar de vivências. É no bairro que ocorrem relações cotidianas do campo social relacionados ao lazer, ao comércio, à religiosidade e onde se encontram também os lugares reservados às demandas dos serviços mais imediatos.

A cidade de Tefé, atualmente segue um planejamento urbano inadequado de crescimento desordenado em sua estrutura física e social. O Bairro São José é um reflexo da falta de compromisso político dos governantes municipais em garantir o direito a uma moradia digna à população tefeense.

3.CIDADE E BAIRRO: UMA LÓGICA DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

A cidade é retratada como um espaço de constante movimento de objetos e pessoas, com um ritmo de vida acelerado. É possível pensar os bairros como lugar de trocas de experiências, sendo desta forma, um recorte espacial da cidade que diminui as distâncias das relações cotidianas.

É importante destacar que o bairro detém a potencialidade de ser território enquanto porção do espaço dominado pelo homem através das técnicas que reproduz o lugar. O bairro retrata a experiência urbana, por meio dos elementos e processos geográficos presentes na cidade, determinadas pelas relações que circundam o espaço social da cidade.

Corrêa (1993 p.97) argumenta que:

Produção do espaço urbano estabelece no conjunto de diferentes usos do espaço, que se apresenta como um espaço fragmentado e articulado que reflete a ação de um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e produzido pelos agentes que produzem e consomem espaço.

Percebe-se que o bairro é um recorte espacial da cidade, estabelecida no conjunto de diferentes formas no uso do espacial, ou seja, um espaço fragmentado e articulado que é resultado da ação humana, que acumulam por intermédio do tempo, produzidas pelos agentes sociais, influenciando diretamente na transformação da paisagem, e isso faz com que contribua para os aumentos dos problemas sociais decorrentes do processo de urbanização.

A ocupação na Amazônia se deu de forma geral por meio da exploração de suas riquezas naturais, estabelecendo desta forma, a malha urbana que se estruturou a partir desses acontecimentos.

Na segunda metade do século XIX, diversas pessoas de vários lugares vieram para Amazônia a fim de explorar os recursos naturais, sobretudo, para explorar as seringueiras para a produção econômica da borracha, e manter a sobrevivência de suas famílias, como no caso dos imigrantes nordestinos.

Esses imigrantes que vinham para Amazônia com intuito de explorar suas riquezas naturais habitavam no interior das florestas e assim foram formando os primeiros povoados, que resultaria futuramente na formação das cidades.

Oliveira (2011, p.03) argumenta que:

No período da borracha a maioria da população não estava nas poucas vilas existentes, mas embrenhada no interior da floresta. As vilas e as poucas cidades continuaram com as mesmas funções para as quais haviam sido criadas no século XVIII, quais sejam: representação do poder público para arrecadação de impostos,

sede das missões religiosas, base para a circulação de produtos extrativos para exportação e internação de produtos alimentícios básicos que vinham de lugares externos a Região e eram internalizados a partir de Belém e Manaus.

É importante destacar que na década de 60, foram estabelecidas diversas mudanças na malha urbana da Amazônia com influência da ditadura militar, vários projetos foram desenvolvidos na Amazônia, principalmente projetos agropecuários, que atraiu diversas empresas multinacionais para explorar os recursos naturais.

Vale ressaltar, que de todo esse processo de colonização o que resultou para os povos da Amazônia foram somente os problemas socioambientais causadas pela a exploração desordenada da natureza. No entanto, a produção do espaço amazônico se configurou por meio do processo de produção controlada do espaço que reflete até os dias atuais.

Oliveira (2011, p.04) ressalta que:

Na década de 1960, com a ditadura militar que estabeleceu modificações significativas na malha urbana da Amazônia. Esta política atraiu grandes empresas nacionais e estrangeiras, incentivou projetos agropecuários, minerais, madeireiros e industriais, concomitante ao processo de produção controlada do espaço por meio do fluxo migratório e da política de colonização. Além disso, o Estado também construiu a infraestrutura básica necessária para sua instalação como estradas, portos, ferrovias e rede de comunicação.

Percebe-se que em decorrência dessa política de colonização, especialmente no Pará, Rondônia e Roraima ocorre a mudança do eixo de circulação do rio para a estrada. E nesse novo eixo surgem novas cidades originárias da construção de grandes projetos ou influenciadas por eles. Esse processo é menor no Estado do Amazonas cujo eixo de circulação continua sendo pelos rios, configurando-se a fronteira econômica com forte participação do Estado na produção e controle do território.

É notório que nos últimos 60 anos, as cidades no interior do Amazonas cresceram de forma desordenada, vários assentamentos espontâneos surgiram em terra de terceiros, formando desta forma, os bairros e ruas irregulares, sem pavimentação, iluminação, desprovidas de água potável e de rede de esgoto, sem escolas, postos de saúde, sem assistência básica necessária para a realização das atividades cotidianas. As casas em sua maioria são construídas aos poucos pelos próprios moradores.

Essas ocupações não ocorreram de forma isolada, existe uma preparação prévia para que essas ações sejam consolidadas. A ocupação normalmente é projetada por um líder, ou seja, alguém que conhece a área na qual irá ser ocupada. As pessoas vão ocupando as áreas sem determinações legais, da escrituração e sem o consentimento do proprietário da área.

As participações de diversos agentes transformam essas áreas de ocupações ilegais em verdadeiros bairros, nos quais, são construídas casas da forma que lhes convém, embora isso

não transforme sua condição social, que lhes possibilita ter um “teto”. Essas construções, executadas sem a autorização do Poder Público, colocam-se como verdadeiros desafios às autoridades constituídas, desmentindo a tese de que a habitação é de responsabilidade do Estado.

A sociedade prova que não necessita do sistema legal para construir suas casas e muitos menos da autorização da Prefeitura para formação espontânea de bairros. Moradores de origem humilde tornam-se, em poucos dias donos de uma moradia, que em geral possui péssimas condições, tornando em sua maioria bairros periféricos com uma ocupação desordenada.

Corrêa (2001, p.96)aponta que:

A periferia é resultado da justaposição de numerosos loteamentos que acabam formando um mosaico irregular, cujo conteúdo em termos de equipamentos de consumo coletivo é extremamente precário, é a combinação dos diversos agentes produtores do espaço urbano. É um sistema de autoconstrução, gerador de precárias e inacabadas habitações e uma paisagem nunca completada, apesar de ser o resultado de um sobre trabalho.

As periferias tornam-se lugares ocupados com um planejamento urbano inadequado, esses lugares são extremamente precários com escassez de políticas públicas que assegure o bem-estar e a qualidade de vida da população. Essa precariedade não é vista pelo poder público e essas pessoas são obrigadas a conviver em ambientes insalubres por não terem sua voz ouvida diante dos órgãos competentes.

Como previsto no Art. 225³ da Constituição Federal todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e é dever e direito do poder público garantir as pessoas condições adequadas para suas moradias.

É importante esclarecer que existem as ocupações pacíficas e as violentas, em áreas na qual já se previa um pré-projeto para o loteamento futuro de um Conjunto Habitacional, os ocupantes se estabelecem, em geral, liderados por um político que geralmente dispõe antecipadamente a topografia do lugar.

Aquino (2009, p.46) esclarece que:

A ocupação de áreas urbanas pode ocorrer de forma espontânea pacífica ou espontânea violenta, porém, a ocupação “pacífica” e a “violenta” não diferem entre si já que em ambos os casos ocorre uma ocupação irregular e o ato de ocupar ilegalmente tem o significado de entrar hostilmente e apoderar-se de algo que pertence a um terceiro.

³Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo, essencial a sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para o presente e as futuras gerações.

Nesse contexto, o caso de ocupação violenta, não há um plano de loteamento, porém o líder sempre detalha a forma de ocupação. Frequentemente, os ocupantes são orientados por políticos ou simplesmente por líderes comunitários que já participaram de outras ocupações ilegais, colocando as suas experiências a serviço dos interessados, mas em troca de capital. Essas ações são empreendidas com maior intensidade em terrenos de propriedade pública do que em terrenos particulares, significando que o êxito é maior quando se ocupam áreas do Estado, porque não se está atingindo ninguém e nesse caso, o Poder Público reage com menor intensidade.

Entre os ocupantes, “há um líder” que se responsabiliza pela distribuição de lotes aos interessados, em cujo processo reconhece haver certo princípio ético e moral, mas que nem sempre funciona. Ao longo do tempo quando a ocupação irregular já está consolidada, novos grupos não tendo relação com o assentamento, incorporam-se a ele adquirindo terrenos a preços baixos e construindo seus imóveis e assentando ali seu comércio e reformando as casas de madeira em casas de alvenarias para mais tarde alugar ou até mesmo vendê-las.

Neto (2005 p.137) afirma que:

É comum encontrar nesses movimentos a figura do grileiro urbano profissional, que se infiltra entre as famílias de sem-teto e ocupam terrenos com o único objetivo de negociar o seu direito de posse, daí partindo para outra ocupação irregular, indefinidamente visando uma futura especulação.

As ocupações ilegais ocorrem geralmente à noite, para que haja menos possibilidade de intervenção de qualquer pessoa ou força policial, em fins de semana, ou em feriados, quando as autoridades estão em recesso. Munidos de lanternas, lamparinas ou velas, eles combinam a data e hora exatas de ocupação, e, no momento certo levam consigo os mais diversos apetrechos: madeira, caibros, ripas, tábuas, lonas, latas velhas, tudo o que seja possível para imediatamente levantarem a sua habitação e realizarem suas demarcações.

Segundo Ribeiro (2005, p.61) “cortiços e favelas apontam soluções técnicas populares para a obtenção demora dia. Em geral, elas são irregulares e inadequadas, mas devem ser analisadas como a obra possível aos desvalidos da sociedade”.

Feito o reconhecimento inicial do terreno pelo líder, seus auxiliares indicam um lote para cada novo ocupante, realizando dessa forma, o desenho do loteamento com os materiais já citados.

No caso de ocupações ilegais em áreas públicas, o Estado e o município através de seus órgãos competentes fazem a regularização e no caso de áreas particulares ocorre o processo de desapropriação, que às vezes demora anos para ser regulamentado.

Entretanto, com a regulamentação dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal, Lei nº 10.257/2001, pode-se dominar pacificamente uma área de até 250m²por usucapião. Conforme diz o artigo da referida Lei: as áreas urbanas com mais de duzentos e cinquenta metros quadrados, ocupadas por população de baixa renda para sua moradia, por 5 (cinco), ano interruptamente sem oposição, onde não for possível identificar os terrenos ocupados por cada possuidor, são suscetíveis de serem usucapto coletivamente, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano e rural.

4. O PROCESSO EVOLUTIVO DAS OCUPAÇÕES NO ESPAÇO URBANO

Partir do processo de produção do espaço urbano, o intenso crescimento demográfico da cidade na qual direciona arcabouço que instala o surgimento de ocupações ilegais, promovendo conflitos por posse de terra, incumbidos ao seguimento das ocupações emerge centenas de casebres, as ruas são tortuosas, sem água, sem energia elétrica, sem esgoto. Em meio a essa diversidade de ocupantes, o posseiro faz o que pode, com auxílio da mulher e dos filhos, para construir pouco a pouco sua moradia, o que supre uma das mais importantes necessidades do indivíduo.

Conforme Corrêa (2001.p.95) argumenta que “a precariedade dos loteamentos transparece nas ruas sem calçamento, na precária iluminação e na inexistência de redes de escoamento de águas pluviais e de esgoto”.

A precariedade ou falta de postos de saúde, hospitais, escolas, policiamento e praças é regra geral. As valas negras e os mosquitos acabam fazendo parte da paisagem e do cotidiano da periferia, contribuindo para a degradação do ambiente rompendo o equilíbrio ecológico local. No decorrer de alguns anos, muitas dessas ocupações são transformadas em áreas legalizadas e recebem alguma infraestrutura ainda que precária.

O movimento migratório tanto interno quanto externo para o Estado do Amazonas desencadeou ocupações irregulares e grilagens em Tefé e na maioria das cidades do Amazonas fazendo com que as cidades crescessem de formas desiguais e desordenadas, sem um plano urbano que orientasse seu crescimento. E estas pessoas não tendo onde morar, mesmo porque em sua maioria, eram de baixa renda, encontraram como solução a ocupação irregular.

Mesmo ocorrendo na informalidade, essas ocupações passaram a ser numericamente importantes para os municípios e despertaram o interesse crescente da classe política,

especialmente porque na época que se formaram os “bolsões⁴”, uma massa de futuros eleitores e de “cabos eleitorais”.

A omissão tanto do Estado como do município ajuda esses políticos a ocuparem seu lugar no Poder Público. Muitos recorrem aos próprios órgãos públicos, pedindo algum apoio para a ocupação ilegal (luz, água, aterro, material para construção, etc.).

Aquino (2009, p.41) salienta que:

Como os posseiros são conhecedores desse direito, eles vão aos poucos tomando consciência do interesse que despertam nos candidatos e acaba administrando com sagacidade seu único capital: o voto, em troca do apoio político e estes uma vez eleitos oferecem-lhes a recompensa que, por direito, lhes era negada, por serem eles uns “fora-da-lei”, no entanto, o direito de morar com dignidade não lhes é assegurado.

Os proprietários de áreas ocupadas temem essas ocupações por serem contrárias à lei, porém muitas delas têm o apoio da própria autoridade constituída. Isso não deixa de ser uma confissão de impotência do setor Público em não construir habitação popular para atender à carência dessa população.

Corrêa, (1993, p.94) afirma que:

A habitação é um bem de acesso seletivo, disponível apenas para quem tem renda para alugar ou comprar um imóvel. Segundo o autor, a essa exclusão somam-se a subnutrição, as doenças, o baixo nível de escolaridade, o desemprego e o subemprego. Assim, resta aos grupos sociais excluídos, como alternativas demora dia, os cortiços próximos ao centro da cidade, a casa produzida pelo sistema de autoconstrução em loteamentos periféricos, os conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado e a favela.

A partir da ocupação do espaço pelos posseiros, o Poder Público parece ter fechado os olhos para a construção dos barracos com suas ligações clandestinas de água e energia, sendo um meio de amenizar possíveis conflitos, os posseiros por sua vez, não possuem direitos, mas também não assumem obrigações, desta forma o direito à ocupação é até admitido.

5. A REGULARIZAÇÃO DAS OCUPAÇÕES CLANDESTINAS

A partir da década de 1970, as cidades do interior do Estado do Amazonas cresceram de forma intensa e desorganizada, tendo ocorrido dezenas de ocupações irregulares. Vários prefeitos assumiram os governos dos municípios, no estado vários prefeitos passaram pela gestão da Cidade de Tefé, todavia não encontraram uma solução definitiva para o caso da moradia irregular.

⁴ Denotam-se os interesses políticos da classe crescentes que especialmente no período do pleito estabelecem uma massa de futuros cabos eleitorais, com o objetivo de negociarem os votos dos eleitores, (bolsões). Instalam-se em famílias de baixa rentabilidade ou não, seja em determinada região, seja na cidade, entre outros.

A imensa população migrante advinda das mais diversas regiões do país dirigiu-se para o Amazonas em busca de emprego, educação e melhores condições de vida. Não havendo moradia, esses grupos encontraram solução nas ocupações clandestinas. Em torno das cidades, espalharam-se habitações modestas, com multidões de ocupantes de terrenos públicos e particulares, que pareciam ter brotado do nada, alargando o espaço urbano.

Aquino (2009, p.38) afirma que:

A legislação declara ilegal qualquer tipo de ocupação irregular, mas a punição aos ocupantes nem sempre acontece, e as áreas ocupadas normalmente se transformam em bairros nos quais predominam a falta de higiene, a poeira, a lama e seus moradores estão sujeitos às doenças, degradação social e uma moradia indigna, sem infraestrutura.

Deste modo, o lugar onde se constrói a casa e o bairro vai sendo determinado pelos interesses do lucro causando uma desorganização na paisagem composta por falta de espaço ao redor das moradias, dificuldade em eliminação do lixo, de penetração de ventilação e insolação, de escoamento de esgoto, circulação de pessoas e local para as brincadeiras das crianças, precisando urgentemente de um lugar para ocupar seu território.

O território pode ser entendido como base das disputas entre grupos antagônicos, que em geral tem levado à desterritorialização⁵ dos mais fracos. Este fato se configura na vida das comunidades urbanas mais carentes, estas por sua vez, veem-se forçadas a viver em ambientes inadequados como áreas de risco, ou seja, ocorre o que se entende por desterritorialização do espaço social do ponto de vista material ou simbólico. Lugares são desconectados dos circuitos integradores da sociedade capitalista: mercado de trabalho, consumo e cidadania. O resultado deste processo é a multiplicação de espaços caracterizados pela exclusão.

Neste sentido é importante esclarecer que primeiramente “o espaço é anterior ao território”. À medida que o espaço vai se diferenciando pela sua materialidade, funcionalidade, organização e regulação são formadas os territórios, ou seja, o uso do território pode ser definido pela implantação de infraestrutura, bem como o dinamismo da economia e da sociedade.

“Segundo “Santos & Silveira (2003, p.27)” a urbanização, um número de pessoas cada vez maior em número de lugares cada vez menor, expressa maior divisão do trabalho e uma imobilização relativa resultante do aumento da fluidez do território”. Assim, com base nas

⁵ Sobre este tema consultar HAERBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade, Rio de Janeiro: Bertrand, 2007.

ideias dos autores entende-se que a situação acima pode favorecer o nascimento de espaços de exclusão.

Nesta perspectiva, segundo os mesmos autores boa parte dos recursos coletivos para a criação de infraestruturas e formas de organização do trabalho são orientados pelo peso do mercado, isto é, “não se faz uma regulação política do território sem uma regulação do território pelo mercado” Oliveira, 2011, p. 22. Portanto, são formados os territórios valorizados e os não valorizados, e a população vai, segundo suas possibilidades, ocupando os distintos territórios. A partir da década de 1980 os problemas relativos à superpopulação, a falta de justiça social, a baixa qualidade de vida, violência e a desigualdade econômica passaram a ser abordados com base em uma perspectiva territorial.

O Poder Público chega sempre com atraso, pois se verifica que a forma de abertura das ruas, o tamanho dos lotes, os tipos de casa, os saneamentos contrariam as leis de parcelamento, uso e ocupação do solo do município.

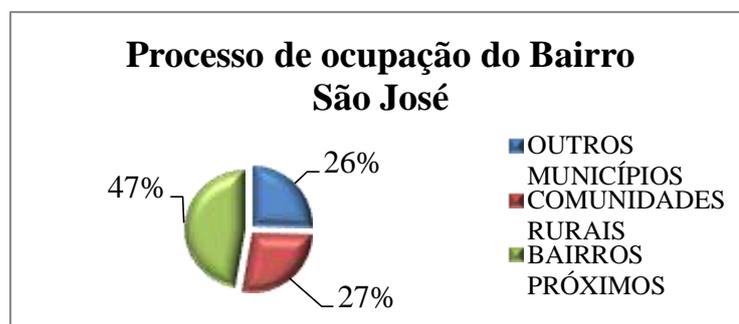
A urbanização das ocupações dos grileiros exige inicialmente, o conhecimento da origem e ocupação das áreas, a arrecadação e/ou desdobramento, a aprovação e o registro em cartório; ao que se segue então a transferência dos lotes aos beneficiários.

E os bairros que se formam dessas ocupações esperam com grande ansiedade a regularização de suas casas por parte do Poder Público, pois se apegam a Lei vigente no país que lhes dá sustentação para terem seu lugar como moradia.

6. A FORMAÇÃO ESPACIAL DO BAIRRO SÃO JOSÉ

O Bairro São José foi ocupado aproximadamente no ano de 2000 é um retrato do abandono no sentido da ausência do Estado principalmente das famílias que vivem em situação precária. É notório que são as mais afetadas, o bairro foi formado por meio de ocupações irregulares do indivíduo vindo do campo ou de outros Bairros em razão de não terem condições socioeconômicas. A ocupação do bairro São José se deu de forma rudimentar com pessoas advindas de outros municípios, de bairros próximos e comunidades rurais. Como ilustra o gráfico 01.

Gráfico 01: Processo de ocupação do bairro São José.



Fonte: Pesquisa de campo – Elaborado pelo autor (2016).

O processo de ocupação do bairro São José ocorreu de maneira aleatória, ou seja, de moradores advindos de bairros próximos, que apresenta uma taxa de 47%, esse acontecimento se deu por motivo dos mesmos, não terem condições financeiras de comprarem uma casa própria e lote de terra ou até mesmo construir suas habitações encontram como solução as ocupações irregulares no bairro São José.

O processo de ocupação das comunidades rurais como ilustrado no gráfico: 01 apresenta uma estimativa de uma percentagem de 27%, essas ocupações ocorreram pelo caso dos moradores advindos das comunidades mencionadas anteriormente, acreditarem que migrando para a cidade seria sinônimo de melhores condições de vida, ou seja, em busca de um emprego, educação de qualidade, saúde e saneamento básico, apesar disso, ao se depararem com a realidade é diferente do que se imaginaram.

Este último a ser considerado é devido ao processo de ocupação dos moradores advindos de outros municípios que ilustra um percentual de 26% dos moradores, que migraram para a cidade de Tefé com intuito de melhores condições de vida, empregos, educação e outros. Deste modo, os processos de ocupação urbana do Bairro São José ocorrem em virtude de fatores econômicos, políticos e sociais.

É importante frisar que este bairro desde sua fundação enfrenta a problemática de ordem pública e social, e no qual são indispensáveis estudos sobre o ponto de vista de uma vertente humanística e urbanística enfatizando os significados, valores e o conceito de mundo vivido através do empirismo. Nesse sentido, espera-se que este trabalho seja uma contribuição para a melhoria de sua organização espacial, bem como induzir planejadores urbanos a buscarem soluções para o olhar urbano e ver o homem como parte integrante do meio ambiente, cujos valores culturais, sociais e efetivos pelo lugar, devem ser considerados nos processos de intervenção urbana principalmente no caso de comunidades marginais.

Reis, (2012, p.23) argumenta que:

O bairro São José necessita hoje de uma série de benefícios: Saneamento básico, calçamento de ruas, perfuração e construção de uma rede de abastecimento de água, de iluminação pública de forma adequada em praticamente todas as ruas. Desde a data da sua ocupação o bairro conta com uma associação comunitária, mas se nota que o presidente da associação é o único que se empenha em buscar melhorias para aquele lugar. O bairro São José tem sérios problemas sociais, são jovens que se encontram em situação de risco devido à prostituição e a comercialização de drogas, além do desemprego que força a prática do furto.

As problemáticas relacionadas ao processo de urbanização são vinculadas a outros principalmente sociais. Isso ocorre quando o poder público menospreza a existência de moradores de um determinado lugar, principalmente se for especificamente de cunho periférico.

É notório que o estudo das ações culturais permite-nos afirmar que elas representam uma articulação diferente entre o espaço e a cultura, uma vez que se observa uma produção aliada a um caráter proativo visando à superação de desigualdades que são não só sociais, mas, também territoriais.

Santos (1996, p.123) afirma que:

Para avançar da cidadania abstrata a concreta, a questão territorial não pode ser desprezada. Há desigualdades sociais que são em primeiro lugar, desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada qual se encontra: seu tratamento não pode ser alheio às realidades territoriais. O cidadão é o indivíduo num lugar (SANTOS 1996, p.123).

É importante destacar que os espaços de onde surgem essas ações culturais contra – hegemônicas são marcadas pela pobreza, mas também pela criatividade e por um potencial ainda não descoberto para a formação de identidade urbana válida.

Atualmente no Bairro São José não existe nenhuma área de lazer. Desde a data de sua ocupação o bairro possui uma associação comunitária, é notório que só o presidente da associação que se empenha em buscar melhorias para este lugar. Além disso, o mesmo possui uma Igreja de Nossa Sr.^a Aparecida, lugar este que serve para as práticas de algumas modalidades esportivas dos moradores do bairro na Rua Isaura Gama, uma igreja vinculada a Igreja Católica Romana. Conforme ilustra a figura 02.

Figura02 Rua: Isaura Gama



Fonte: Pesquisa de campo – Elaborado pelo autor (2016).

Em 2005, a energia chegou ao bairro com a ajuda do poder público em 2006 a prefeitura, providenciou a construção de um poço artesiano e colocou uma caixa d'água para que as pessoas usassem dessa água, até então buscavam água no bairro vizinho e nos córregos. O asfalto só chegou em 2012 de forma eleitoreira, ou seja, de péssima qualidade, com a chegada das chuvas muitas ruas já não se tem noção de asfaltamento e as vias se encontram em péssimas condições de tráfego. Conforme ilustra a figura (03).

Figura 03: Rua: Isaura Gama



Fonte: Pesquisa de campo – Elaborado pelo autor (2016).

Apesar de todos os moradores conhecerem o bairro pelo nome de Bairro São José que ainda não está registrado no Cartório como bairro legalizado, isso dificulta ainda mais a vida dos moradores, pois nem a correspondência chega ao bairro, precisam buscar no correio muitas correspondências. A topografia do bairro foi projetada a partir de 2012, sem a quantidade exata dos números de lotes e sua metragem, com isso os terrenos das casas não possuem um tamanho exato. Conforme mostra a (figura 04).

Figura 04:Rua Senador Fábio Lucena



Fonte: Pesquisa de campo – Elaborado pelo autor (2016).

No Bairro São José, não existe rede de esgoto, não possui creches, posto de saúde e, além disso, a água utilizada não é de boa qualidade, as maiorias das pessoas que participaram das ocupações ilegais, já não pertencem mais ao bairro após a ocupação, venderam seus lotes, contribuindo assim para o processo especulativo, a terra urbana, dividida em loteamentos ou não, aparece como promessa de lucro no futuro, esperança justificada pela existência de uma demanda crescente.

Santos (1996, p.97), salienta que:

A população pobre está em todas as partes principalmente nas grandes cidades, pois a cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico de que é o suporte como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais com baixa renda.

Todavia, o local onde se concentra o espaço que lhe é próprio, constituindo a expressão mais clara do seu modo de vida é a chamada periferia. A periferia é formada pelos bairros mais distantes, mais pobres, e menos servida por serviços públicos. Conforme mostra a (figura 05).

Figura 05: Rua Senador Fabio Lucena



Fonte: Pesquisa de campo – Elaborado pelo autor (2016).

Uma grande parcela dessa população encontra-se em habitações inadequadas, muitas vezes em locais proibidos. Os pobres não vivem ali devido à ignorância, mas porque é o único local em que tem condições financeiras de construir ou alugar suas casas. Esses lugares são baratos por serem insalubres e / ou perigosos. A principal dificuldade encontrada pelos moradores destaca-se como; a falta de infraestrutura, lixo, segurança e outros. Conforme pode ser observada no gráfico 02.

Gráfico 02: Principais dificuldades dos moradores do Bairro São José.



Fonte: Pesquisa de campo – Elaborado pelo autor (2016)

Segundo os relatos de cerca de vinte (20), moradores as principais dificuldades encontradas é a falta de infraestrutura no Bairro São José, que apresenta um percentual de aproximadamente 40%, em relação ao bairro, é notória que necessita de diversos benefícios tais como a falta de saneamento básico, ruas sem calçadas e ruas em processo de degradação, dentre outros fatores. Outro ponto a ser salientado é a falta de (segurança), estima-se um percentual de 26% pois, o bairro São José possui ruas intráfegáveis isso faz com que dificultem o tráfego de viatura policial e de ambulância, dentre outros.

Portanto, o lixo também é outro fator a ser considerado no âmbito do bairro, por motivo de existir uma coleta de lixo inadequada, isso resulta em grandes aglomerações de entulhos, dificultando assim as vidas dos moradores. Nesse sentido, causando um odor

desagradável à vida de ambos que circundam o bairro, este fator apresenta uma estimativa de um percentual de 21%, conforme ilustra o gráfico: 02. Este último apresentado no gráfico:02 indicados como (outros) registra um percentual com uma perspectiva de 13%, que a carreta no fato de usos de drogas indevidos que resulta no crescimento da criminalidade resultando; em desempregos, prostituição infantil que influencia na gravidez precoce em outras palavras, isso faz com que contribua para o acréscimo dos problemas sociais decorrentes do processo de urbanização.

As ocupações urbanas encontram-se fora de áreas regularmente zoneadas pelas autoridades, daí possuem uma precária infraestrutura, como ruas e sistema de drenagem, água encanada imprópria ou até mesmo sua inexistência, serviços de esgoto, de coleta de lixo dentre outros fatores.

Segundo Aquino (2009, p.48) apresenta que, “nos três níveis governamentais não existe um Programa de Habitação Popular para os “excluídos”, para os que não têm acesso não só aos bens e serviços, mas à segurança, à justiça, à cidadania e aos direitos humanos”.

Portanto, a habitação popular, da forma como vem sendo conduzida pelo atual modelo de financiamento nos três níveis – Federal Estadual e Municipal provavelmente não atingirá a população de baixa renda, sendo assim, continuará a segregação espacial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito à moradia é protegido tanto pela Constituição Brasileira quanto pelos instrumentos internacionais, reconhecido como um direito humano em diversas declarações e tratados, porém apolítica habitacional que deveria incluir todos os cidadãos, possibilitando-lhes acesso à moradia digna atende somente a parcela da população que pode comprovar sua renda. Por sua vez a população pobre não ganha o suficiente para pagar o aluguel fixado pelo mercado formal, sendo assim eles tendem a resolver o problema habitacional através da invasão para obter um terreno, cuja perspectiva é obtenção da casa própria através da autoconstrução. Onde não mais precisam pagar aluguel, onde ficam entregues ao descaso do poder público, carentes de toda infraestrutura.

Os direcionamentos e razões que os conduzem a essas ocupações são os mais variados possíveis; vão desde a carência de habitação até a facilidade em adquirir lotes a preços baixos. A valorização e a especulação do espaço urbano, que liga o centro a periferia, foram entendidos como uma articulação pública e privada que estipula a criação de novos loteamentos sem parâmetros urbanos e ambientais. Essa situação requer políticas públicas

com programas preventivos e educativos, ou mesmo a aplicação e cumprimento do plano diretor, importante instrumento viabilizador de Cidades mais planejadas e, se oportunizando a participação dos segmentos organizados da sociedade civil, pode tornar o espaço local mais democrático, garantindo o acesso à moradia e toda a infraestrutura necessária, uma vez que acreditamos ser essa a solução para a tentativa dos problemas sociais, políticos e urbanos ambientais que regem a especulação.

O papel do poder público é de primordial importância, porque deverá assumir a responsabilidade de não permitir a criação de novos loteamentos irregulares, o qual não tem padrões mínimos exigidos por lei e no futuro serão um grande problema para este poder público, cuja obrigação é organizar e implantar os serviços básicos, enfim toda a infraestrutura.

Portanto, está claro que o desafio maior para solução dos problemas urbanos não se refere somente à legislação, mas também ao viés público. A formulação de estratégias mais eficazes, elaboração de políticas públicas que garanta o acesso de todos ao mercado habitacional, constituindo planos e programas habitacionais com recursos públicos e privados para os segmentos sociais que não tem acesso ao mercado e vivem em condições precárias de habitabilidade e situação indigna de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO Adeja de. **Habitação Popular: A Penúria da Moradia na Periferia urbana**. Cuiabá: EDUFMT, 2009.

BARBOSA, Frederico. **Mistério da cultura no Governo Luiz Inácio Lula da Silva um primeiro balanço**. In: CALABRE Lia (org.). Políticas culturais um campo de estudo. Rio de Janeiro: 2008 p.59-85.

BRASIL, **Constituição Federal Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1988.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Regiões de Influência das Cidades- 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

NETO, Vilarinho Cornélio Silvano. **Dinâmica Urbana Regional**. In: MORENO; Gislene; HIGA, Tereza Cristina Souza (orgs.) geografia de Mato Grosso: Território, Sociedade, Ambiente. Cuiabá: estrelinhas, p. 120-137 2005.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **As cidades da natureza e a natureza das cidades e o controle dos territórios**. Universidade Federal do Amazonas, 2011.

REIS, Nubia Maria Rodrigues dos. **Dimensão espacial: planejamento urbano no Bairro São José**. Trabalho de conclusão de curso de geografia, da Universidade do Estado do Amazonas. 2012.

RIBEIRO, Wagner Costa. **Cidades ou sociedades sustentáveis**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; CARRERAS, Carles (org.). **Urbanização e Mundialização estudos sobre a metrópole**. São Paulo: Contexto, 2005.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 3ª edição. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton, 1926-2001 SILVEIRA, Maria, Laura. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI**. 5 ed. São Paulo: Record, 2003, p.19-53.

SCHOR, Tatiana, OLIVEIRA, José Aldemir. **Reflexões metodológicas sobre o estudo da rede urbana no Amazonas e perspectivas para a análise das cidades na Amazônia Brasileira**. ActaGeográfica(UFRR). , p.15 - 30, 2011.

SILVA, Regina Celly Nogueira da. **As Singularidades do Bairro na Realização da Cidade: um estudo sobre as transformações na paisagem urbana do bairro da Torre na Cidade de João Pessoa**. 1999. P.142. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humana. Universidade de São Paulo.